

# MERCADO DE TRABALHO E A EVOLUÇÃO DOS SALÁRIOS NO BRASIL

## Resumo

No presente trabalho será avaliado o comportamento dos salários no Brasil nos anos 2000 a partir da abordagem da economia política clássica. Dessa maneira, avaliaremos algumas características políticas, institucionais e a situação do mercado de trabalho da economia brasileira e sua relação com os resultados das negociações salariais reais e da posição de barganha dos trabalhadores. Conclui-se, a partir da avaliação dos dados da economia brasileira, que houve um processo de mudança no poder de barganha dos trabalhadores e do crescimento do salário real (agregado e setorial), que se inicia em 2006 e perdurou até 2014.

**Palavras-chave:** salários nominais e reais; conflito distributivo; poder de barganha.

**Classificação JEL:** B51; J30; J50.

## Abstract

In the present paper we will assess the behavior of wages in Brazil in the 2000s from the Classical political economy approach. In this way, we evaluate some political, institutional and economic factors regarding the Brazilian labor market and its relation with the workers' bargaining power. We thus conclude, after evaluating the data, that we are facing a process of change in the bargaining power of workers

## RICARDO SUMMA

Professor Adjunto da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

and real wage growth (aggregate and sectoral), which starts in 2006 and lasts until nowadays.

**Keywords:** nominal and real wages; distributive conflict; bargain power.

## I. Introdução

O mercado de trabalho brasileiro apresentou um desempenho muito bom até 2014<sup>1</sup>. No período de crescimento mais rápido, na segunda metade dos anos 2000, houve forte criação de emprego. Porém, mesmo após a desaceleração do crescimento a partir de 2011, e a relativa estabilização em um patamar mais baixo de crescimento do PIB, o mercado de trabalho continua se comportando de maneira bastante satisfatória (Amitrano, 2013), com razoável criação de empregos formais e com taxas de desemprego em patamares baixos, sobretudo se comparado à média do início dos anos 2000. Em conjunto com essa melhora no mercado de trabalho, algumas políticas e fatores institucionais também contribuíram para fortalecer a posição dos trabalhadores junto ao mercado de trabalho, como, por exemplo, as políticas de valorização real do salário mínimo e, por consequência, do seguro desemprego e outras transferências previdenciárias e sociais (Orair e Gobetti, 2010), além do aumento da cobertura de boa parte dessas

transferências. (IPEA, 2012; Gouvea dos Santos, Leal; Silva Leão, 2013; dos Santos, 2013)

Partindo de uma abordagem baseada na ideia da economia política clássica, em que a determinação dos salários depende de características políticas e institucionais e que o sucesso das negociações e dos ganhos salariais reais depende da posição de barganha dos trabalhadores, analisaremos a evolução dos salários reais no Brasil a partir dos anos 2000 à luz dessa concepção teórica. O objetivo do trabalho, portanto, é discutir em que medida essa melhora do desempenho da economia brasileira recente, sobretudo no mercado de trabalho, e o desenvolvimento de algumas políticas de transferências de renda e de proteção social e trabalhista conseguiram alterar o poder de barganha dos trabalhadores e, por consequência, a evolução dos salários reais.

Dessa maneira, o trabalho se articula em mais quatro seções, além dessa introdução e da conclusão. Na próxima seção, discutiremos brevemente as conexões teóricas entre as condições do mercado de trabalho e a evolução dos salários. Na seção 3, apresentaremos e discutiremos os dados do mercado de trabalho e a evolução das políticas institucionais de seguro-desemprego e salário mínimo no Brasil. Na quarta

seção, analisaremos alguns dados que demonstram a melhora da condição de barganha dos trabalhadores do Brasil a partir de 2006. Na seção 5, apresentaremos uma série de dados que mostram a evolução dos salários reais no Brasil no período recente. Considerações finais serão feitas na última seção.

## **2. A relação entre a inflação salarial e o desemprego**

A relação entre inflação dos salários nominais e a taxa de desemprego, estabelecida por Phillips (1958) e depois denominada curva de Phillips, em sua versão neoclássica, é pensada teoricamente como referente a um leilão no mercado de trabalho, com o preço do fator trabalho alterando-se toda vez que o mercado de trabalho não se encontra em equilíbrio. Segundo essa visão, uma inflação salarial seria decorrente de uma tentativa de aumentar a demanda por trabalho acima da oferta de trabalho. (Palumbo, 2008) Em outras palavras, segundo essa visão, a inflação salarial ocorreria apenas quando a taxa de desemprego se situasse abaixo de uma taxa natural de desemprego da economia.

Uma visão alternativa que remonta à abordagem da economia política, entretanto, não interpreta a relação entre inflação salarial como resultado de um leilão no mercado de trabalho. Segundo essa perspectiva teórica, não há um mecanismo de ajuste automático no mercado de

trabalho frente à escassez do fator via salários. Dessa maneira, a relação entre inflação salarial e taxa de desemprego não é necessariamente sistemática, e essa relação é mediada por uma série de fatores políticos, institucionais e relativos ao poder de barganha dos trabalhadores em conseguir negociar seus salários nominais.<sup>2</sup>

Assim, a situação estrutural e conjuntural do mercado de trabalho seria mais um dos fatores que, somados a outros fatores políticos e institucionais, estabeleceria o estado do poder de barganha dos trabalhadores e sua capacidade de obter ganhos salariais reais.<sup>3</sup>

Sobre a relação entre as condições do mercado de trabalho e o crescimento dos salários, por exemplo, Phillips (1958) diz que tanto o nível como a variação do desemprego podem ser importantes. O nível do desemprego mais baixo implicaria uma concorrência maior pelos trabalhadores e o aumento de seus salários.<sup>4</sup> Por outro lado, a diminuição do desemprego (variação da taxa de desemprego) deixaria os trabalhadores em uma situação de poder de barganha maior e em posição mais forte para pedir aumentos salariais. (Phillips, 1958, p. 283; ver também Pollin, 2003)

Além disso, não só o nível da taxa de desemprego e a variação da taxa de desemprego poderiam influenciar a inflação salarial, como também o próprio tempo em que a taxa de desemprego permanece em níveis altos ou baixos.

Assim, em períodos em que a taxa de desemprego se situa em patamares baixos (altos) por um longo período, é de se esperar um aumento (uma diminuição) do poder de barganha,<sup>5</sup> justamente pela diminuição (aumento) do efeito “disciplinador” (Kalecki, 1943) que a possibilidade do desemprego traz aos trabalhadores.

Somado às condições estruturais e conjunturais da situação do mercado de trabalho discutidas acima, outros fatores também influenciam o poder de barganha dos trabalhadores, como, por exemplo, a política de salário mínimo, o poder dos sindicatos, a legislações de proteção trabalhista etc.

Resumindo, os salários não sobem apenas em situações em que há escassez de trabalho<sup>5</sup>, mas podem começar a subir muito antes disso devido ao aumento do poder de barganha dos trabalhadores e à capacidade maior dos trabalhadores em conseguir ganhos reais. Lerner (1951) fazia uma distinção entre o que ele chamava de uma situação de “*low full employment*”, em que é possível aumentar o número de empregos pela expansão da demanda efetiva, porém no qual o poder de barganha dos trabalhadores é alto e desencadeia uma espiral inflacionária, e o “*high full employment*”, que seria o pleno emprego com escassez de trabalho, no sentido que não é possível aumentar o nível de empregos com gastos monetários adicionais.

Dessa forma, nas seções seguintes avaliaremos os dados da economia brasileira relacionados tanto às condições estruturais e conjunturais do mercado de trabalho brasileiro (no que tange à situação de criação de empregos e do desemprego) quanto dos fatores institucionais e políticos ligados ao mercado de trabalho, para avaliar as mudanças do poder de barganha dos trabalhadores e relacioná-las com a dinâmica dos salários na economia brasileira a partir dos anos 2000.

### **3. A evolução do mercado de trabalho e das políticas sociais e institucionais no Brasil a partir dos anos 2000**

Uma vez estabelecida a perspectiva teórica sob a qual analisaremos a relação entre evolução dos salários e das condições do mercado de trabalho no Brasil, passemos ao exame dos dados.

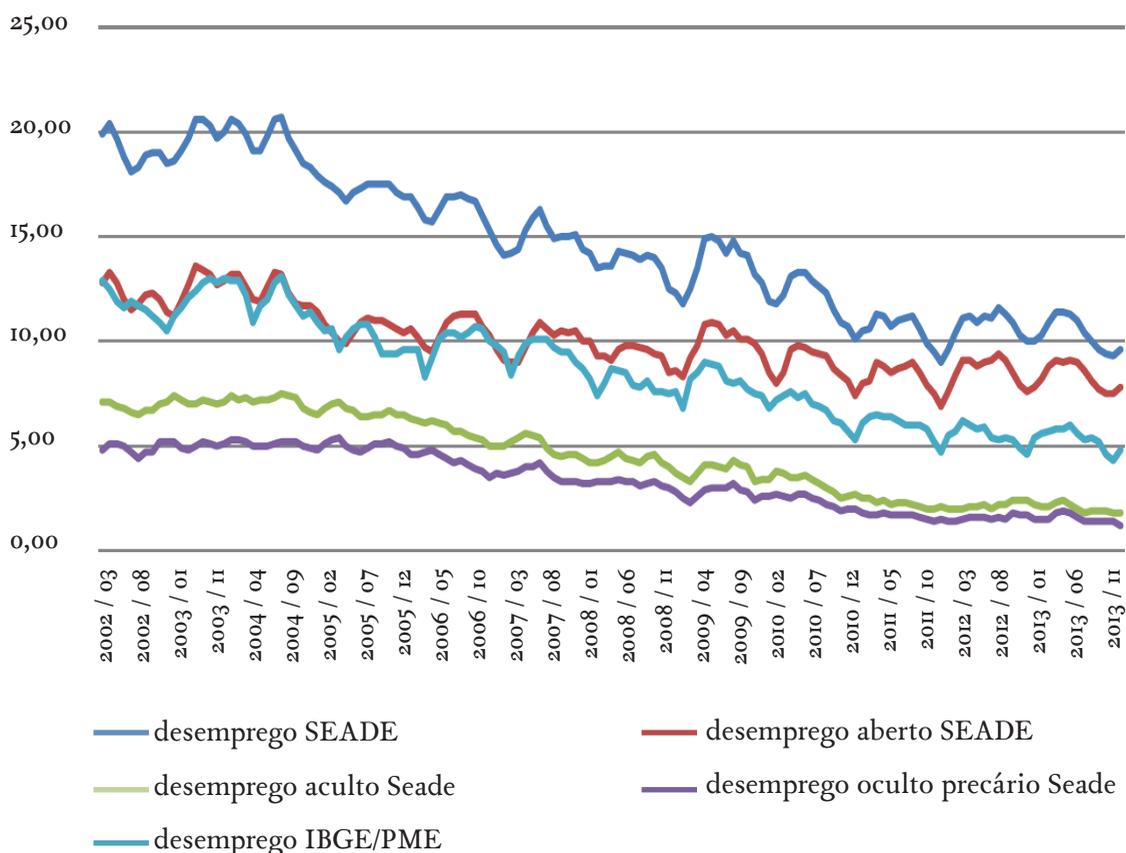
Com relação à situação conjuntural e estrutural do mercado de trabalho, um exame da evolução da taxa de desemprego a partir do ano 2000 aponta para um processo de melhora substancial. No Gráfico 1 analisamos a evolução da taxa de desemprego (medida de várias maneiras e por dois institutos de pesquisa diferentes), que seria um indicador mais estrutural das condições do mercado de trabalho, e o resultado que pode ser observado é que houve um processo de queda da taxa de desemprego, que atinge

seu auge em 2003, e depois vai se reduzindo até chegar a patamares mínimos em 2013. Também podemos notar ao observar o Gráfico 1 que a taxa de desemprego está em um patamar mais baixo a partir de 2010. No período 2010-2013, a média da taxa de desemprego é de 8,5 % e 5,8 % pelos dados do SEADE e IBGE, respectivamente. Assim, a taxa de desemprego já se situa, durante um tempo considerável, em um patamar relativamente baixo na economia

brasileira (sobretudo comparado ao nosso passado recente).

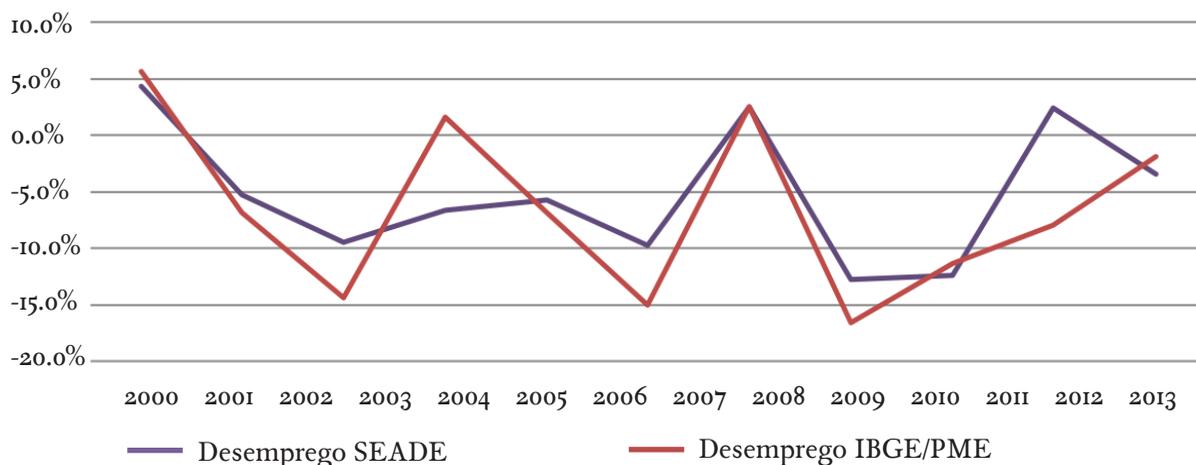
O Gráfico 2, por sua vez, mostra a taxa de variação da taxa de desemprego, aqui entendida como um fator mais conjuntural da situação do mercado de trabalho, e o resultado aponta para uma melhora a partir de 2004, porém com diminuição das reduções da taxa de desemprego nos anos de 2012 e 2013.

**Gráfico 1. Taxas de desemprego**



Fonte: SEADE/DIEESE; PME/IBGE.

**Gráfico 2. Taxa de variação da taxa de desemprego**



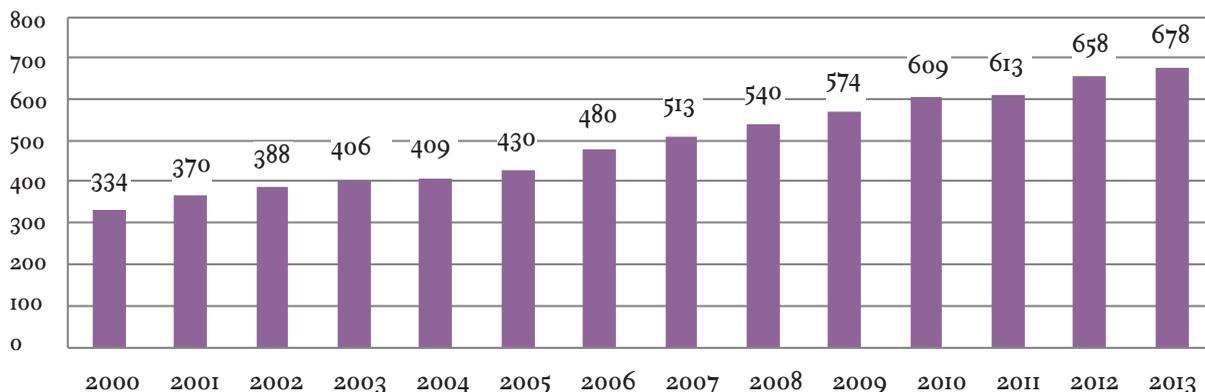
Fonte: SEADE/DIEESE; PME/IBGE.

Outro indicador importante para a análise do mercado de trabalho se refere à chamada taxa de participação, definida pela relação entre População Economicamente Ativa (PEA) e População em Idade Ativa (PIA). Segundo Amitrano (2013), ao analisar a taxa de desemprego em conjunto com a taxa de participação, nota-se que, segundo os dados do IBGE, no período recente, tanto a taxa de desemprego fica abaixo da média quanto a taxa de participação fica acima da média (IBGE) (esta última calculada para o período 2002-2012). Os dados da PNAD, entretanto, mostram uma redução da taxa de participação a partir de 2011 abaixo da média histórica, o que indicaria que parte da redução recente da taxa de desemprego decorre do fato de que pessoas em idade ativa estão deixando de procurar emprego.<sup>6</sup>

Se os dados do mercado de trabalho apontam para uma melhora considerável, o mesmo pode ser dito dos fatores políticos e institucionais relacionados à proteção trabalhista e à capacidade de garantir maior poder de barganha dos trabalhadores em negociar seus salários e obter ganhos reais.

A política de reajuste do salário mínimo conseguiu mais do que dobrar seu valor no período 2000-2013, conforme aponta o Gráfico 3. Essa política de ganhos reais do salário mínimo é complementar à melhor situação do mercado de trabalho para traduzir-se em crescimento do salário médio real. Segundo Medeiros (2005), o salário mínimo é importante, pois tem efeito sobre os pisos salariais negociados, sobre a renda do trabalho informal e autônomo, e funciona

**Gráfico 3. Salário mínimo real (valor de 2013 = R\$ 678)**



Fonte: MTE; IPCA/IBGE.

como um farol para renda do trabalho assalariado.<sup>7</sup> (Medeiros, 2013) Além disso, no período analisado, o aumento do salário mínimo real

foi importante também para os empregados com salários um pouco mais altos, e consequentemente para a taxa de salários urbana. Ou seja, este adensamento da base salarial em torno do mínimo se combinou com a afirmação cada vez maior do salário mínimo em relação à taxa de salário no setor moderno da economia. (*ibidem*, p. 23)

Outra política importante que funciona como um instrumento de amparo ao trabalhador desempregado (Amorin e Gonzalez, 2009), e que também pode aumentar o poder de barganha do trabalhador empregado, é o programa do seguro-desemprego, uma vez que, quando os trabalhadores se encontram um pouco mais protegidos, há um relaxamento do efeito “disciplinador” da possibilidade de desemprego. No período recente houve tanto um aumento da

cobertura do seguro desemprego (Ibarra, 2013) quanto do valor real médio do benefício (Amorin e Gonzalez 2009). O aumento da cobertura do seguro desemprego e do abono salarial entre 2000 e 2012, foi bastante expressivo, com o número de beneficiários aumentando 99,2% e 281,1%, respectivamente. (Ibarra, 2013, p. 259) Em uma comparação internacional, o programa brasileiro se destaca pelo número de beneficiários que têm acesso ao sistema. (Castro Pires e Lima Júnior, 2014)

Por fim, com relação aos sindicatos, observa-se que, no Brasil, a sindicalização não aumentou no período recente e o aumento ficou mais restrito à área rural (Cardoso, 2014), porém, na comparação internacional, o Brasil é um dos poucos países no mundo industrializado no qual os níveis de sindicalização não experimentaram um declínio na última década (Pichler,

2011), e segundo conclui Cardoso (2014), apesar de não ter ocorrido um aumento da sindicalização em geral, não há indícios de que os sindicatos tenham perdido força no período recente, muito pelo contrário. A próxima seção discute alguns indicadores de melhora no poder de barganha dos trabalhadores que apontam no sentido de sustentar tal afirmação.

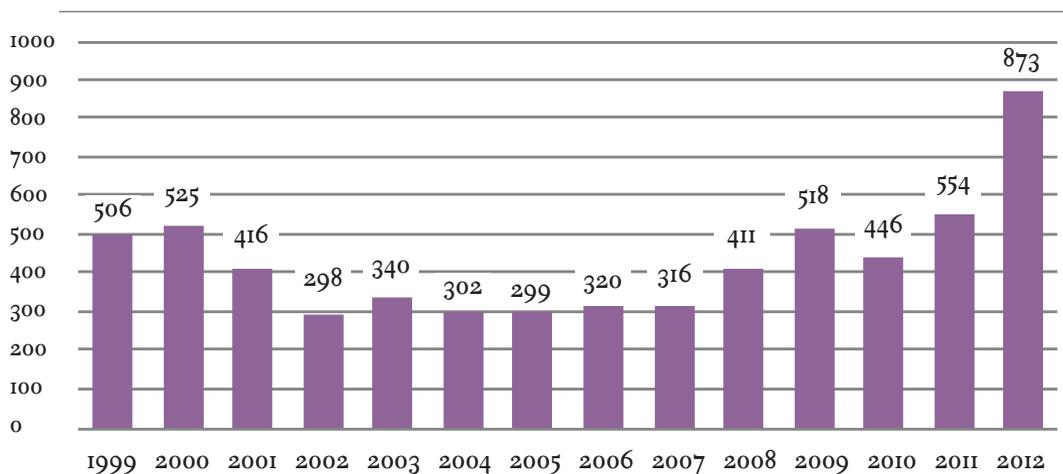
#### 4. Alguns indícios do aumento do poder de barganha dos trabalhadores nos meados dos anos 2000

A conjunção de um mercado de trabalho mais aquecido e uma taxa de desemprego em patamares baixos por um período considerável com as políticas de ganhos reais de salário mínimo e do seguro-desemprego parece começar a despertar um aumento relativamente moderado

do poder de barganha dos trabalhadores e um acirramento do conflito distributivo, sobretudo a partir de 2010. Os Gráficos 4 e 5 mostram os dados de quantidade de greves e número de horas paradas das greves. Os dados mostram um aumento considerável desses dois indicadores nos anos de 2011 e 2012. Além disso, segundo os dados do DIEESE, a quantidade de horas paradas das greves dos trabalhadores do setor privado em 2012 mais do que quadruplicaram em relação da média do período 2006-2009. Mais da metade das greves de 2012 foram feitas por trabalhadores do setor privado, sendo que quase 38% das greves foram feitas na indústria (que inclui a construção civil).

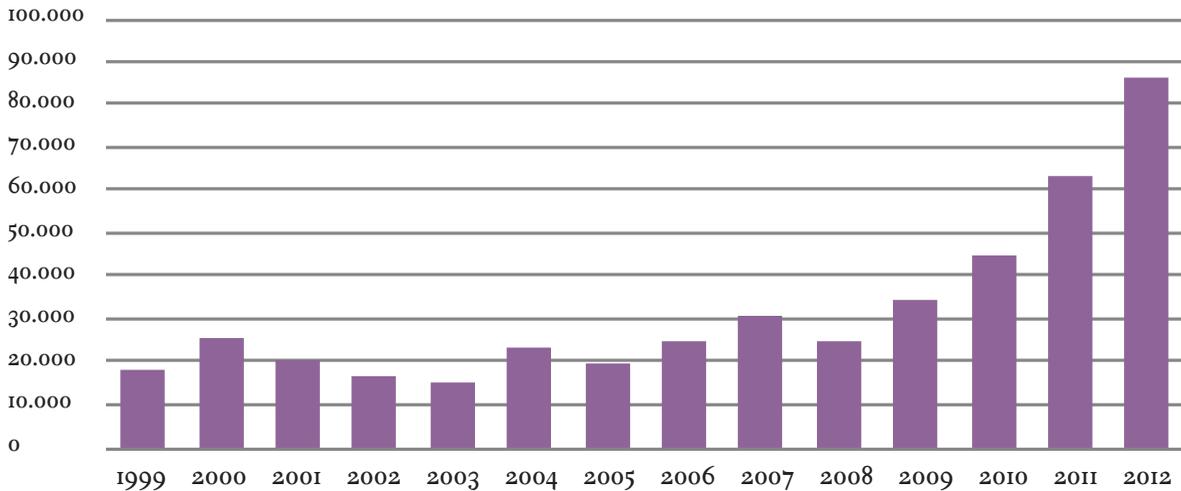
Além do aumento do número de greves discutido acima, os dados do DIEESE mostram também que as mobilizações organizadas por

Gráfico 4. Número de greves



Fonte: SEADE/DIEESE

**Gráfico 5. Greves: número de horas paradas**



Fonte: SEADE/DIEESE.

trabalhadores na esfera privada apresentaram maior efetividade no atendimento total ou parcial das reivindicações, com um alto percentual de greves com reivindicações atendidas total ou parcialmente, oscilando entre 70% e 80% de 2007 a 2011, e subindo para 85% em 2012.

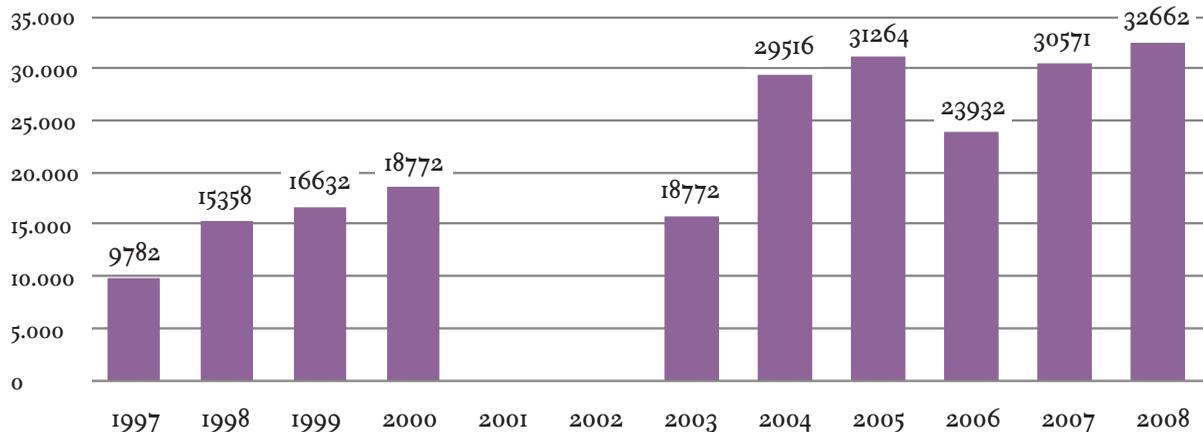
Outro dado refere-se ao número de instrumentos coletivos realizados, conforme pode ser visto no Gráfico 6, que aumentam mais para o fim da década (infelizmente, a série de dados vai apenas até 2008).

Esses dados, tomados em conjunto, permitem-nos endossar a afirmação de Cardoso (2014, p. 24) de que “a ação sindical, embora ‘invisível’ (porque não provoca a mesma comoção de outros tempos), parece bastante eficaz, além

de disseminada por todo o país, e em todos os setores econômicos”. O Gráfico 7 mostra como um percentual grande dos salários tem experimentado ganhos reais, movimento que fica mais evidente a partir de 2006, em comparação com resultados bastante ruins do período 1999-2003.

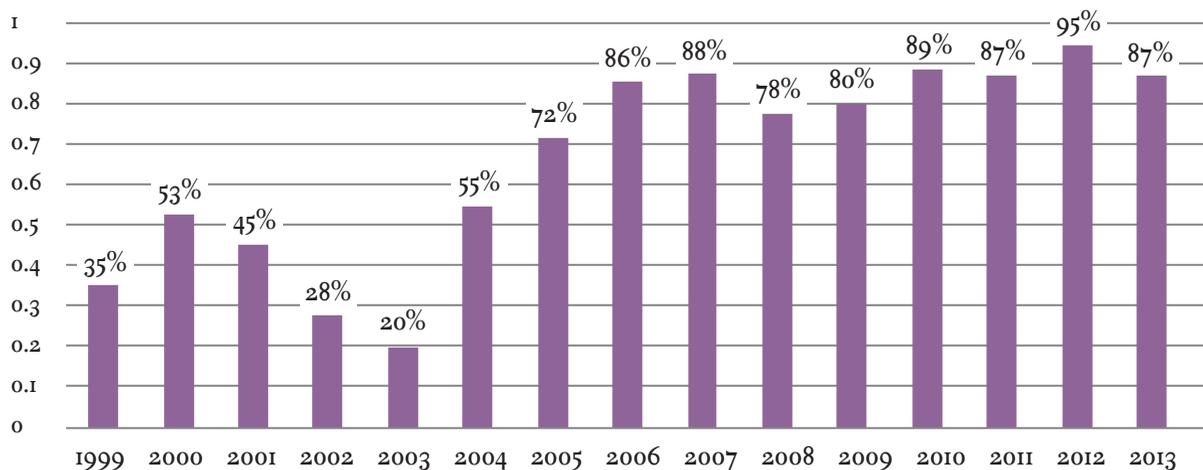
Outro fator que merece destaque e que aponta também para um maior poder de barganha dos trabalhadores e diminuição do efeito disciplinador do desemprego é o aumento da rotatividade no mercado de trabalho, que apresenta comportamento com ligeira inclinação positiva após 2007, segundo o conceito de rotatividade descontada (Ibarra, 2013). Segundo este autor, “a rotatividade tem ocorrido, principalmente,

**Gráfico 6. Instrumentos coletivos realizados**



Fonte: MTE.

**Gráfico 7. Porcentual de salários com aumento real**



Fonte: SEADE/DIEESE.

entre os demitidos sem justa causa, em ocupações de baixa remuneração e que não requerem grande especialização, a despeito de estar utilizando mão de obra com escolaridade crescente” (*ibidem*, p. 254). Esse dado também reflete outro fenômeno importante, que é o fato de que grande parte dos empregos gerados são de baixa qualidade (Amitrano, 2013), com taxa de salário em torno de 2 salários mínimo (Medeiros, 2013). Porém, como aponta Ibarra (2013, p. 254), grande parte dos desligamentos “ocorrem a pedido do empregado, que observando o aquecimento do mercado de trabalho, procura novos empregos principalmente em função de aumentos salariais”. Ibarra (2013) destaca também a correlação entre o aumento da taxa de rotatividade global e a redução na taxa de desocupação no país, que também é confirmada no estudo de Castro Pires e Lima Jr. (2014).

## **5. Evolução dos salários reais no Brasil**

Uma vez discutidas as evidências de uma melhora do mercado de trabalho e das políticas institucionais e sociais, e da melhora no poder de barganha dos trabalhadores e do aparecimento de um conflito distributivo um pouco mais acirrado no período recente, vamos analisar o comportamento dos salários recebidos pelos trabalhadores a partir dos anos 2000.

Porém, antes de apresentar os dados da evolução dos salários no Brasil, é necessário tecer

algumas considerações sobre a natureza dos dados disponíveis. Utilizaremos para discutir a evolução dos salários os dados do CAGED e da PME/IBGE.

Os dados divulgados pelo CAGED apresentam uma vantagem, pois refletem apenas o salário recebido pelos trabalhadores do setor formal. Outra vantagem é que esses dados são compilados a partir de relatórios entregues diretamente pelas empresas. Porém, um problema com esse dado refere-se ao fato de que este reflete apenas o salário médio recebido pelos trabalhadores admitidos e desligados em cada mês, e não a média de todos os salários pagos no setor naquele mês, ainda que o número médio de admitidos e desligados por mês seja maior que 2 milhões de trabalhadores, o que dá uma boa amostra e pode ser uma boa proxy para o comportamento da variação dos salários médios agregados. Outro aspecto interessante é que os dados salariais podem ser desagregados por atividade segundo a classificação das tabelas de recursos e usos do IBGE, e este dado inclui também o salário recebido na atividade agropecuária, que não é divulgado pela pesquisa PME do IBGE, a qual se concentra apenas em algumas regiões metropolitanas do Brasil.

Este dado fornecido pela PME/IBGE possui outro problema, uma vez que se refere ao “rendimento médio nominal habitual recebido pela população ocupada”, e não ao salário nominal.

Este dado inclui o rendimento dos trabalhadores do setor formal e informal, e para o caso dos serviços, por exemplo, pode indicar uma situação enganosa, uma vez que o aumento do rendimento nominal pode decorrer não só do aumento da remuneração pela hora trabalhada, mas também ao aumento do número de horas trabalhadas ou, no caso do setor informal, decorrente do aumento das vendas realizadas de bens e serviços. Assim, se um vendedor ambulante ou um cabeleireiro vende mais bens ou serviços por conta do aquecimento da demanda, por exemplo, isso se refletirá em rendimento nominal maior, ainda que isso não implique que o salário em si, por horas trabalhadas, esteja crescendo.

Feitas essas considerações sobre a metodologia dos dados disponíveis, analisemos a síntese dos resultados sobre a evolução dos salários reais na Tabela 1. Algumas conclusões podem ser tiradas desses dados. Primeiro, é evidente que o comportamento do crescimento real dos salários médios, para qualquer dado utilizado, agregado ou desagregado, é bastante distinto para os períodos 2000-2005 e 2006-2013. No primeiro período, o crescimento real é bem mais baixo para todos os indicadores agregados e desagregados, apresentando na maioria dos casos uma média de variação negativa no primeiro período. Os ganhos reais do salário médio agregado a partir de 2006 são de 3,0% a 3,4% contra -6,8% e -3,2% no período anterior, para os dados do

IBGE e CAGED, respectivamente. Essa clara mudança de comportamento dos salários reais parece corroborar a tese aqui defendida de que a melhora do mercado de trabalho e as políticas institucionais conseguiram aumentar o poder de negociação dos trabalhadores gerando resultados efetivos a partir de 2006.

A segunda observação diz respeito à relação entre o salário mínimo e o salário médio, nos dois períodos, indicando que a relação entre os dois não é necessariamente direta e estável. Se, por um lado, o salário mínimo apresentou ganhos reais bastante próximos nos dois períodos (5,2% e 5,8%), o mesmo não ocorreu com o salário médio. Ainda com relação ao mínimo, os salários que obtiveram ganhos mais próximos a este a partir de 2006 foram o da agropecuária e construção civil.

Os dados do período recente, a partir de 2011, indicam a manutenção do crescimento real dos salários na mesma média do período, de 3,3% no CAGED e 3,6% pela PME/IBGE, a despeito da desaceleração do crescimento da economia brasileira e do reajuste real do salário mínimo, que cai para um patamar de 3,6% e deve reduzir o ritmo de crescimento até 2015 como resultado da diminuição do crescimento do PIB (e da fórmula de reajuste até 2015). Isso parece mostrar que a inflação salarial parece mais resistente e é resultado de uma mudança mais estrutural na correlação de forças para a negociação dos

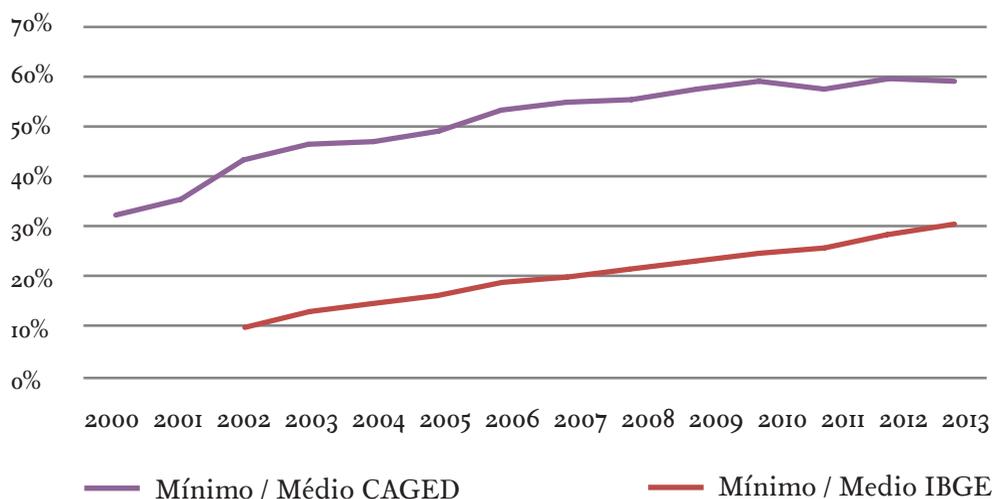
**Tabela 1. Crescimento real dos salários (média dos sub-períodos)**

		2001 - 2005	2006 - 2013
CAGED	Salário Indústria de transformação	-2,3%	3,4%
	Salário Construção Civil	0,0%	4,1%
	Salário Comércio	-1,6%	3,0%
	Salário Serviços	-5,3%	2,5%
	Salário Agropecuária	1,8%	5,5%
	Salário Total	-3,2%	3,4%
IBGE	Rendimento Médio Habitual*	-6,8%	3,0%
	Salário mínimo	5,2%	5,8%

Fonte: CAGED; PME/IBGE; INPC/IBGE.

\*A pesquisa PME inicia-se em 2002. A média de crescimento é entre 2003 e 2005.

**Gráfico 8. Relação entre salário mínimo e médio**



Fonte: MTE; CAGED; PME/IBGE.

reajustes dos contratos salariais, conforme argumentado nas seções anteriores.

Os resultados para a relação entre salário mínimo e médio implicam uma estabilização em 2012-13, após um longo período conforme pode ser visto no Gráfico 9, podendo até apresentar uma redução em 2014 e 2015.

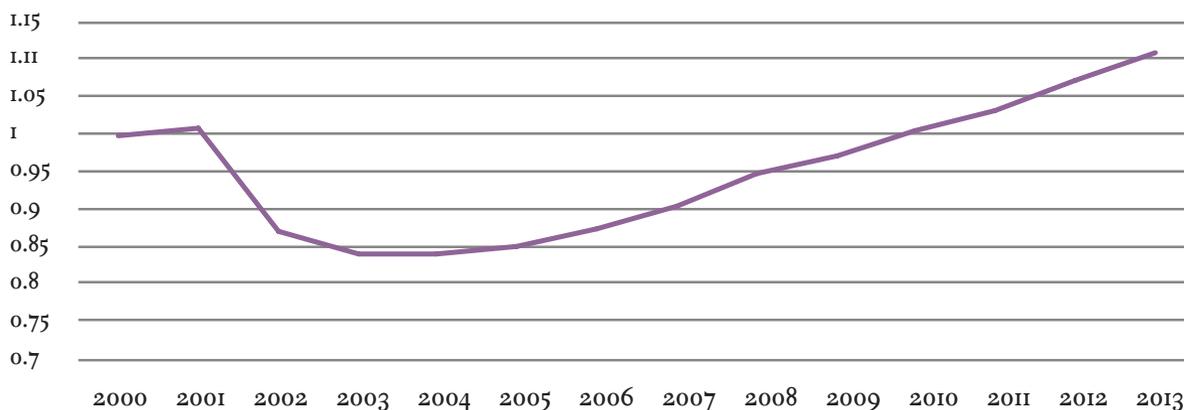
## 6. Considerações finais

O processo vivenciado pela economia brasileira no período recente, que Dos Santos (2013) chamou de amadurecimento do “*welfare state tropical*”, apresenta outra faceta interessante, defendida nesse trabalho, que é o ressurgimento de uma contestação um pouco maior por parte dos trabalhadores e do moderado acirramento do conflito distributivo que ficou por um longo período adormecido. Não é de se estranhar, portanto, pelo menos para aqueles que acreditam

que a distribuição funcional da renda pode ser alterada pela pressão e poder de barganha das classes sociais, que diversos atores dos meios empresariais, acadêmicos e até mesmo do governo, implicitamente ou explicitamente, estejam discutindo medidas para moderar ou até mesmo barrar esse processo em curso.

Uma olhada um pouco mais ampla do processo recente, entretanto, nos mostra que os ganhos reais salariais em boa parte apenas refletem uma recuperação do poder de compra dos salários, que foram corroídos até 2004, como resultado de reajustes abaixo da inflação relativamente alta do período, conforme aponta o Gráfico 9. Por essa análise do comportamento do salário real a partir do ano 2000, percebemos que os ganhos reais de 2004 a 2010 apenas restabeleceram o poder de compra que os salários tinham no ano 2000.

**Gráfico 9. Salário real médio (Índice: 2000=100)**



Fonte: IPCA/IBGE; CAGED.

Dessa maneira, se os anos 2000 podem ser considerados como um período de recuperação do poder de compra dos salários, a segunda década do século XXI no Brasil parece apontar para um avanço moderado na tentativa de mudar o baixo patamar estrutural que tem a parcela salarial na renda nacional. (Hallak Neto & Saboia, 2013; De Conti, 2014) Ainda que este processo esteja em aberto e não seja possível prever os desdobramentos futuros nesse sentido, não parece arriscado afirmar que este debate será cada vez mais central na discussão dos rumos das políticas econômicas e institucionais no Brasil.

## Bibliografia

- AMITRANO, C. R. “Considerações sobre o mercado de trabalho no Brasil”. In: CORRÊA, V. P. *Padrão de acumulação e desenvolvimento brasileiro*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2013.
- AMORIM, B. e GONZALEZ, R. “O seguro-desemprego como resposta à crise no emprego: alcance e limites”, *Nota técnica IPEA mercado de trabalho*, 40, ago. 2009.
- CARDOSO, A. “Os sindicatos no Brasil”, *Nota técnica IPEA mercado de trabalho*, 56, fev. 2014.
- CASTRO PIRES, M. C. & LIMA JÚNIOR, A. “Análise econômica do programa seguro-desemprego: uma reflexão sobre o espaço disponível para ajuste das despesas do FAT”, *Nota técnica IPEA mercado de trabalho*, 56, fev. 2014.
- GAREGNANI, P.; CAVALIERI, T.; LUCII, M. “Full employment and the left”. In: BINI, P. & TUSSET G. (Org.). *Theory and practice of economic policy*. Tradition and change. Selected Papers from the 9th Aispe Conference. Milão: Franco Angeli Edizioni, 2008.
- DE CONTI, B. “O salário mínimo e um mínimo de economia política”, *Jornal do Brasil*, 18/04/2014.
- DOS SANTOS, C. “Notas sobre as dinâmicas relacionadas do consumo das famílias, da formação bruta de capital fixo e das finanças públicas brasileiras no período 2004-2012”. In: CORRÊA, V. P. *Padrão de acumulação e desenvolvimento brasileiro*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2013
- GLYN, A. *Capitalism unleashed: finance, globalization, and welfare*. Oxford: Oxford University Press, 2007.
- GOUVEA, R. R.; DOS SANTOS, C. H. M.; LEAL, E. M.; SILVA LEÃO, I. L. “Estimativas trimestrais das transferências públicas de assistência e previdência no Brasil no período 1995-2012”, *Texto para discussão IPEA 1991*, Rio de Janeiro: IPEA, agosto de 2013.
- HALLAK NETO, J. e SABOIA, J. “A distribuição funcional da renda no Brasil: análise dos resultados recentes e estimação da conta da renda nos anos de informações preliminares do Sistema de Contas Nacionais”, *Seminários de pesquisa, IE-UFRJ*, 2013.
- IBARRA, A. “Mercado de trabalho brasileiro: identificação dos problemas e propostas de enfrentamento na perspectiva da agenda social-desenvolvimentista”. In: FONSECA, A. & FAGNANI, E. (orgs.). *Políticas sociais, desenvolvimento e cidadania*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2013.
- IPEA. *Panorama de política fiscal*. Brasília: IPEA, 2012.
- KALECKI, M. “Political aspects of full employment”, *The Political Quarterly*, vol. 14, n. 4, Wiley Blackwell: Oxford, 1943, pp. 322-330.
- KALECKI, M. “Class struggle and the distribution of national income”, *Kyklos*, vol. 24., n. 1, Wiley Blackwell: Oxford, 1971, pp. 1-9.
- LENER, A. *Economics of employment*. McGrawHill: NYC, [1951] 1978.
- MEDEIROS, C. A. “Salário mínimo e desenvolvimento econômico”. In: BALTAR, P. et al. *Salário mínimo e desenvolvimento*. Campinas: Unicamp, 2005, pp. 13-24.
- MEDEIROS, C. A. *A influência do salário mínimo sobre a taxa de salários no Brasil na última década*. Rio de Janeiro: IPEA, 2013 (mimeo).

ORAIR, R. & GOBETTI, S. “Governo gastador ou transferidor? Um macrodiagnóstico das despesas federais no período de 2002 a 2010”. In: IPEA. *Brasil em desenvolvimento 2010*, v. 1, Brasília: Ipea, 2010, pp. 87-112.

PALUMBO, A. *Demand and supply forces vs institutions in the interpretations of the Phillips curve*. Roma: Dipartimento di Economia, Roma Tre, 2008 (mimeo).

PHILLIPS, A. W. “The relation between unemployment and the rate of change of money wage rates in the United Kingdom, 1861–1951”, *Economica*, v. 25, n. 100, 1958, p. 283-299.

PICHLER, W. “Tendências da sindicalização no Brasil: 1992-2009”. In: *Brasil: Fundação de Economia e Estatística*, vol. 38, n. 3, 2011, pp. 37-46.

POLLIN, R. “Wage bargaining and the US Phillips curve: was Greenspan right about ‘traumatized workers’ in the 1990s?”, *AEA/URPE session Recessions, inflation and the prospects of equitable growth*, Washington: ASSE meeting Washington DC, 2003.

ROWTHORN, R. E. *Conflict, inflation and money*, *Cambridge Journal of Economics*, vol. 1, n. 3, Oxford University Press: Oxford, 1977, pp. 215-239.

SERRANO, F. *Acumulação de capital, poupança e crescimento*. Rio de Janeiro: IE-UFRJ, 2008 (mimeo).

SERRANO, F. “O conflito distributivo e a teoria da inflação inercial”, *Revista de Economia Contemporânea*, v. 14, n. 2, Rio de Janeiro, maio/ago 2010, pp. 395-421.

STIRATI, A. *The theory of wages in classical economics: a study of Adam Smith, David Ricardo, and their contemporaries*. Edward Elgar Publishing: Cheltenham, 1994.

## Notas

**1** Esse trabalho foi finalizado no final do ano de 2014, quando submetido para a Revista da SEP. Tendo em vista a defasagem normal entre o envio do artigo, a análise dos pareceristas, a revisão do artigo e sua publicação (que se diga de passagem, o tempo para esse processo na Revista da SEP felizmente está bem abaixo da média das revistas nacionais), passou-se o ano de 2015 o qual mostrou uma rápida guinada da política econômica e uma forte deterioração do mercado de trabalho, com destruição de postos de trabalho formal, aumento da taxa de desemprego e queda dos salários e remunerações reais. O presente artigo, porém, não tratará das causas e consequências dessa guinada, limitando-se apenas a discutir o processo que vai até 2014.

**2** Ver (Kalecki, 1971; Rowthorn, 1977; Stirati, 1994; Serrano, 2010).

**3** Para análises empíricas sobre a inflação salarial nos países centrais utilizando esse arcabouço, ver Glyn (2007) e Cavaliere, Garegnani e Lucii (2008).

**4** Ainda que um desemprego alto não leve a uma grande diminuição salarial. Phillips (1958) estabelece, portanto, uma relação não-linear entre desemprego e inflação salarial.

**5** Inclusive porque o próprio tamanho da própria força de trabalho reage endogenamente, ainda que de maneira mais lenta, à situação do nível de atividade da economia. Ver Serrano (2008).

**6** Esse efeito pode ser explicado de duas maneiras: 1. com uma menor criação de empregos algumas pessoas deixam de procurar emprego e saem da PEA (efeito desalento), o que sinalizaria um desaquecimento do mercado de trabalho; 2. uma baixa taxa de desemprego e mais facilidade para recolocação no mercado de trabalho levaria a saída de um grupo de pessoas da PEA para qualificação etc.

**7** Além de ser um fator de propulsão para os trabalhadores autônomos, o que ajuda na redução da taxa de desemprego.